

13.º Relatório Trimestral da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça Janeiro a março de 2013

INTRODUÇÃO

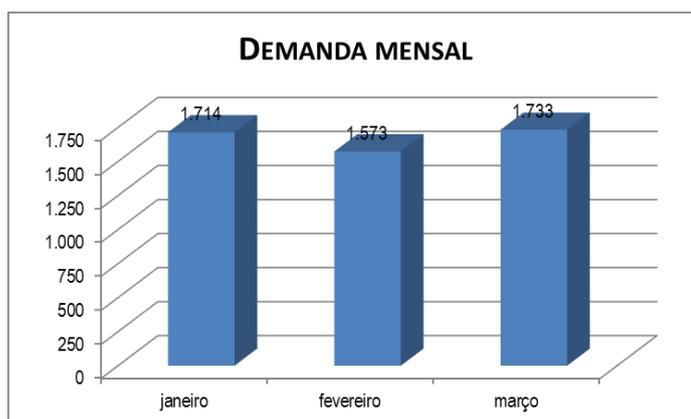
A Resolução 103, de 24 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução 103/2010. No período compreendido neste relatório, exerceu a função de Ouvidor o Conselheiro WELLINGTON CABRAL SARAIVA. Na 174ª sessão plenária, de 10 de setembro de 2013, foi eleito o novo Conselheiro Ouvidor, GILBERTO VALENTE MARTINS.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de janeiro a março de 2013.

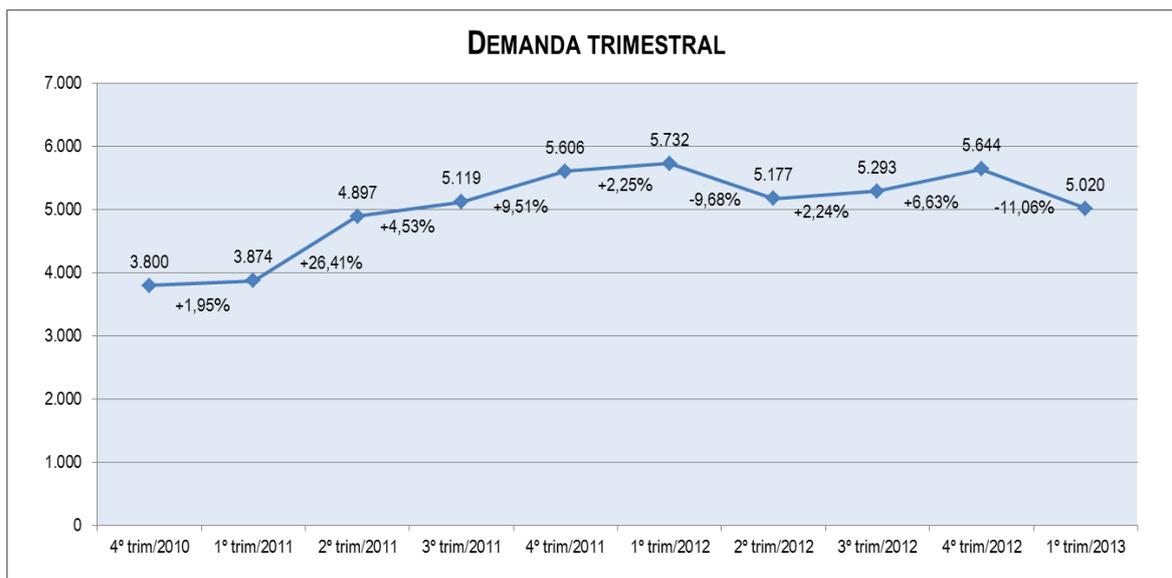
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No primeiro trimestre de 2013, a Ouvidoria recebeu 5.020 demandas, não computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 467 manifestações.



A média mensal no trimestre foi de 1.673,33 relatos, dado que representa queda de 12,42% quando comparado à média do mesmo período em 2012, de 1.910,67. A variação entre fevereiro e janeiro foi de -8,23%, e, entre fevereiro e março, de 10,17%.

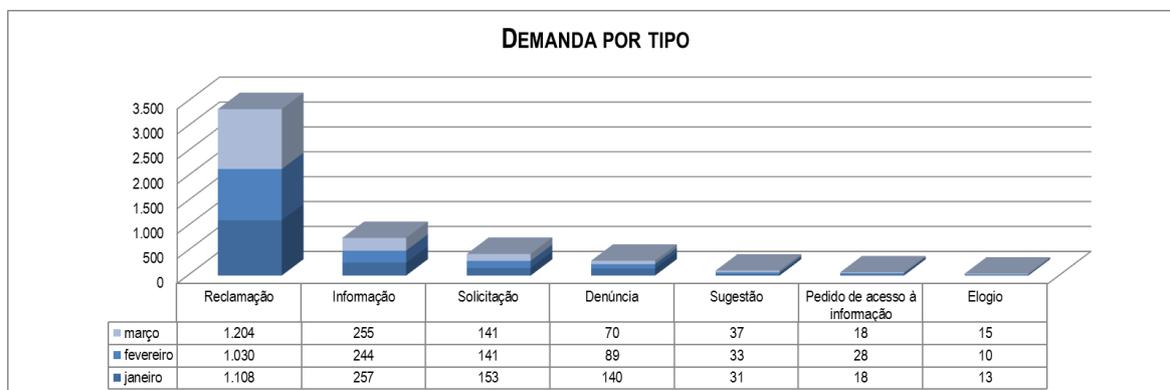
O gráfico adiante permite observar a evolução entre o último trimestre de 2010 e o primeiro de 2013. O 2.º trimestre de 2011 apresentou o maior crescimento em relação ao período anterior, com aumento de 26,41%. Após a recuperação em relação à queda observada no 2.º trimestre de 2012 pelo crescimento consecutivo nos últimos dois trimestres de 2012, observou-se nova queda na demanda no 1.º trimestre de 2013, em 11,06%.



A forma de comunicação mais comum com a Ouvidoria é a virtual, com 4.889 (97,39%) manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet, e 97 (1,93%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram recebidas por ligação telefônica (24 = 0,48%), por correspondência (5 = 0,1%), atendimento presencial (4 = 0,08%) e ofício (1 = 0,02%). Esses números espelham apenas os atendimentos telefônicos e presenciais cadastrados no sistema da Ouvidoria, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte é de reclamações (3.342 = 66,38%), de pedidos de informações (756 = 15,01%) e solicitações

(435 = 8,64%), conforme o gráfico abaixo. Indicam-se também os pedidos de acesso à informação previstos na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que totalizaram 64 registros (1,27%). Há constância em relação ao mesmo período de 2012, pois foram recebidas naquele trimestre 3.233 (54,57%) reclamações, 1.094 (18,46%) pedidos de informações e 512 (8,64%) solicitações.



Foram registradas no sistema eletrônico da Ouvidoria 21 notícias anônimas em 2012, das quais 16 foram recebidas por meio de cartas, e as outras cinco pelo formulário eletrônico da Ouvidoria.

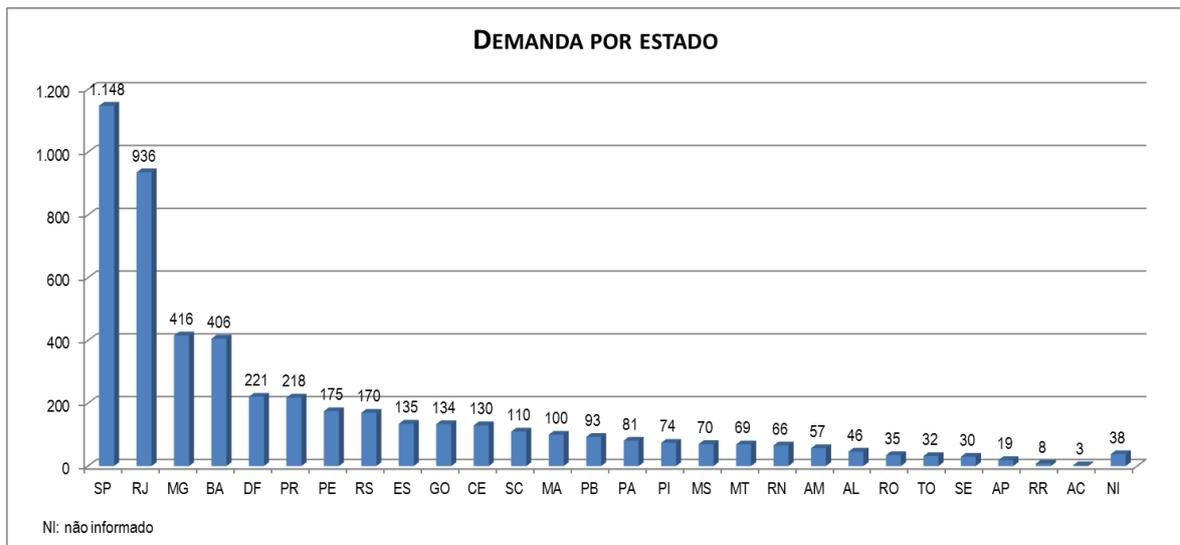
Devido à limitação da Resolução 103/2010, nada pôde ser feito com base nessas notícias. Urge que o CNJ a altere, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para admitir que se faça ao menos análise preliminar da viabilidade e do potencial de consistência dessas notícias.

O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por servidores públicos (19,2%), advogados (19,08%) e aposentados (10,12%) no período, perfil que permanece constante em comparação aos dados do mesmo período de 2012, em que 1.120 (19,54%) manifestações foram enviadas por servidores públicos, 949 (16,56%) por advogados e 665 (11,6%) por aposentados.

OCUPAÇÃO	TOTAIS	%
Servidor público	964	19,20%
Advogado	958	19,08%
Aposentado	508	10,12%
Empregado de empresa privada	445	8,86%
Profissional liberal ou autônomo	429	8,55%
Desempregado	335	6,67%
Estudante	334	6,65%
Empresário	183	3,65%
Empregado público	181	3,61%
Militar	81	1,61%
Pensionista	61	1,22%
Jornalista	38	0,76%
Presidiário	17	0,34%
Magistrado	16	0,32%
Perito	16	0,32%
Defensor público	6	0,12%

OCUPAÇÃO	TOTAIS	%
Delegado de polícia	3	0,06%
Membro do Ministério Público	3	0,06%
Procurador/advogado público	1	0,02%
Não informado	441	8,78%
Total Geral	5.020	100,00%

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (1.148 = 22,87%), Rio de Janeiro (936 = 18,65%), Minas Gerais (416 = 8,29%) e Bahia (406 = 8,09%). Em comparação com o mesmo período em 2012, os quatro primeiros estados com maior demanda foram São Paulo (1.275 = 22,24%), Rio de Janeiro (910 = 15,88%), Bahia (637 = 11,11%) e Minas Gerais (486 = 8,48%).



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria classificadas segundo tipos e temas. Em consonância com o padrão dos relatórios anteriores, o tema *morosidade processual* permaneceu como o de maior frequência e representou 38,55% dos registros. O assunto será detalhado no item 2.2 deste relatório.

Em segundo lugar, com 4,19% das manifestações, figuram demandas que tratam de *matéria de cunho jurisdicional*, no total de 211 registros. Em face dessas, a Ouvidoria orienta o interessado a procurar advogado ou a Defensoria Pública, para auxiliá-lo na adoção de medidas processuais apropriadas.

Os relatos que tratam da *atuação de magistrado* aparecem em terceiro lugar, com 4,15%, sendo 209 registros. A Ouvidoria, nesses casos, orienta o interessado a formalizar requerimento ao Conselho Nacional de Justiça ou à corregedoria do tribunal competente.

Manifestações a respeito de assuntos alheios à atuação do Conselho totalizaram 205, ou 4,07% do total. Nessa situação, a Ouvidoria informa ao

interessado a competência do CNJ e com qual órgão pode entrar em contato ou encaminha a manifestação diretamente ao órgão.

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, foram recebidos 64 pedidos. Os assuntos são variados, como informações sobre o CNJ, dados sobre o concurso público para servidor do Conselho ou de outros tribunais, andamento processual, pesquisas e projetos do Conselho e atos administrativos.

Além dos 64 pedidos de acesso à informação, receberam-se outras 14 manifestações que tratavam de assuntos relacionados à LAI, como a Resolução 151, de 5 de julho de 2012, que regulamentou a publicação da remuneração dos membros, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, ou sobre a remuneração percebida, após a divulgação dos valores com identificação nominal do beneficiário. Os pedidos de acesso à informação tratavam do uso de veículos oficiais deste Conselho, passagens, diárias e auxílios pagos e gastos com ligações telefônicas, entre outros.

Destacam-se as manifestações a respeito de projetos e programas do Conselho, em especial o Projeto Pai Presente, que obteve grande repercussão social. Foram recebidas 102 demandas (2,03%) sobre os projetos realizados pelo CNJ.

Demandas acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça), somaram 141 registros, ou seja, 2,8% do total.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Morosidade processual no Poder Judiciário	1.816	31	69	25				1.941
Matéria de cunho jurisdicional	130	12	44	25				211
Atuação de magistrado	144	6	3	45			11	209
Demanda fora da competência do CNJ	100	18	31	51	4	1		205
Decisão judicial	163	10	5	13		1		192
Administração de tribunal	100	7	16	23	1	4		151
Como peticionar ao CNJ	66	34	10	8	9		1	128
Demanda insuficiente para classificação	51	37	18	11	2	3	1	123
Consulta jurídica	26	75	17	2				120
Serventia extrajudicial	63	21	10	9	3	1		107
Projetos/programas do CNJ	9	64	24		3	1	1	102
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	79	6	5	7			1	98
Andamento/Situação de Processo Judicial	31	45	15			6		97
Andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)	24	38	26			8		96
Concurso público para servidor do CNJ	40	32	2	1				75
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	50	5	2	11				68

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	33	7	7	11	1	1		60
Melhorias para o Poder Judiciário		1	1		58			60
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	38	2	3	4	1	1		49
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	38		2	5			3	48
Cumprimento de decisão judicial	36	1	3	2				42
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	31	5	2		2			40
Acesso a sistemas do CNJ	17	9	10		2			38
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	33	1		4				38
Atos administrativos do CNJ	2	26	5		1	3		37
Atuação do Supremo Tribunal Federal	24	4	6	2			1	37
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	21	5	4	1		1		32
Consulta de mérito	2	26	2					30
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	7	10	6	3				26
Atividade jurídica (Res. 75/2009)		23	1		1	1		26
Autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)	2	22						24
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	14	6			3			23
Movimento pela conciliação/Projeto conciliar é legal		15	4		1			20
Andamento/situação processual no CNJ (com sigilo)	6	7	5			1		19
Pesquisa		10	5			4		19
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	1	7	2			1	7	18
Processo Eletrônico do CNJ (e-CNJ)	4	8	5					17
Decisão do CNJ	13	2	1					16
Nepotismo nos demais poderes	9	3		4				16
Cadastro Nacional de Adoção – CNA (Res. 93/2009)	2	11	2					15
Informações gerais sobre o CNJ		9	4			1		14
Morosidade processual no CNJ	13		1					14
Outros concursos públicos	12	1		1				14
Transparência CNJ		4				10		14
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	7	2	1		1		2	13

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Cumprimento de decisão do CNJ	8	2		2		1		13
Curso promovido pelo CNJ		6	6		1			13
Nepotismo no Poder Judiciário	2	3	2	4				11
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ	1	1		9				11
Atuação do CNJ	1		2				7	10
Competência do CNJ		7	2	1				10
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	8	1		1				10
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa – CNIA (Res. 44/2007 e 50/2008)		4	2			3		9
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	7	2						9
Portal do CNJ	5	1	1		1		1	9
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	6		1				1	8
Inspeções no Poder Judiciário	2	1	4		1			8
Justiça Aberta		3	2			3		8
Projudi	5	1	1			1		8
Assistência Judiciária	2		5					7
Projeto Começar de Novo	2	4	1					7
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	1	4		2				7
Lei de Acesso à Informação	3					3		6
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	5		1					6
Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes - CEDIN (Res. 115/2010)		4	1					5
Gestão de Precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	1	3	1					5
Jurisprudência do CNJ - Infojus	1	3	1					5
Justiça em Números/Estatísticas		3	1			1		5
Divulgação das remunerações de servidores e membros do Poder Judiciário (Res. 151/2012)	1	2				2		5
Remuneração percebida por magistrado ou servidor do Poder Judiciário	2	1		1		1		5
Atuação de Corregedoria de Tribunal	3		1					4
Banco de Dados de Mandados de Prisão (Res. 137/2011)		1	2	1				4

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/2011)	ELOGIO	TOTAIS
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	3			1				4
Renajud	1	2	1					4
Imprensa do CNJ			2		1			3
Reabilitação e certidão de antecedentes criminais		1	1	1				3
Sigilo/anonimato	1	2						3
Tentativa de golpe utilizando nome de órgão do Poder Judiciário				3				3
Metas Nacionais do Poder Judiciário	1	1						2
Concurso de remoção	1							1
Convênio/acordo/termo de cooperação técnica			1					1
Movimento pela conciliação - campanha divulgada na TV e rádio		1						1
Mutirão carcerário		1						1
Numeração única			1					1
Recesso forense/plantão judicial				1				1
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Res. 63/2008)					1			1
Tabelas Processuais Unificadas (Res. 46/2007)		1						1
Outros assuntos	12	22	13	4	3		1	55
Total Geral	3.342	756	435	299	101	64	38	5.035

2.1 DADOS DOS PROCESSOS

Dos relatos recebidos no trimestre, 2.864 (56,88%) continham os dados do processo a que se referiam, como número, unidade judiciária, instância, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo segue a discriminação segundo o ramo ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	1.879	65,61%
Justiça Federal	392	13,69%
Justiça do Trabalho	241	8,41%
Conselho Nacional de Justiça	99	3,46%
Superior Tribunal de Justiça	77	2,69%
Supremo Tribunal Federal	72	2,51%
Justiça Eleitoral	39	1,36%

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Tribunal Superior do Trabalho	27	0,94%
Tribunal Superior Eleitoral	4	0,14%
Justiça Militar Estadual	4	0,14%
Dado incorreto	27	0,94%
Não informado	3	0,10%
Total geral	2.864	100,00%

A tabela abaixo agrupa os dados dos processos objeto de manifestação, conforme tratem de feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos ainda não julgados, com 51,78% das manifestações, e a maioria dos processos não estava na fase executória, com 65,22%. Observando-se o período de janeiro a março de 2012, houve mudança na situação dos processos, pois neste intervalo, a maioria já havia sido julgada (45%); a maior parte não havia alcançado a fase executória (56,13%).

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Justiça Estadual	846	1.033		600	1.279		1.879
Justiça Federal	157	235		90	302		392
Justiça do Trabalho	174	67		131	110		241
Conselho Nacional de Justiça			99			99	99
Superior Tribunal de Justiça	31	46		20	57		77
Supremo Tribunal Federal	26	46		16	56		72
Justiça Eleitoral	9	30		9	30		39
Tribunal Superior do Trabalho	7	20		4	23		27
Tribunal Superior Eleitoral	2	2			4		4
Justiça Militar Estadual	3	1			4		4
Dado incorreto			27			27	27
Não informado		3			3		3
Total geral	1.255	1.483	126	870	1.868	126	2.864
	43,82%	51,78%	4,40%	30,38%	65,22%	4,40%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.774 (61,94%), tratava de morosidade processual, seguidas das concernentes a decisões judiciais, isto é, as que questionam o conteúdo de decisões, sentenças e acórdãos, com 155 (5,41%). Em terceiro, vieram demandas a respeito de questões jurisdicionais, no total de 143 (4,99%). Dada a sua importância e recorrência, o tema da morosidade processual será tratado detalhadamente no próximo tópico.

2.2 MOROSIDADE PROCESSUAL

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 38,55% (1.941) dos registros recebidos entre janeiro e março de 2013. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 93,56% (1.816) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 7,62% são de pessoas com deficiência ou doença grave e 17,41% de maiores de 60 anos. Levando em

consideração o gênero, 64,35% são de pessoas do sexo masculino, como mostram os quadros a seguir.

Ao comparar os dados deste relatório com os do 1.º trimestre de 2012, percebeu-se constância nos percentuais, pois, naquele período, 9,21% foram manifestações de pessoas com deficiência, 19,25% de idosos e 68,27% de pessoas do sexo masculino.

	PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA GRAVE		IDOSO		SEXO		
	TOTAIS	%	TOTAIS	%	TOTAIS	%	
Não	1.793	92,38%	1.603	82,59%	Feminino	692	35,65%
Sim	148	7,62%	338	17,41%	Masculino	1.249	64,35%
Total geral	1.941	100,00%	1.941	100,00%	Total geral	1.941	100,00%

Relativamente à origem por Estado, Rio Grande do Norte e Roraima têm maior percentual de demandas referentes à morosidade processual, com 50% do total ali originado, seguida do Ceará, com 48,46%. A tabela seguinte revela variação no que tange ao mesmo período de 2012, no qual figurou em primeiro lugar o Rio Grande do Norte, com 45,65%, seguido do Ceará, com 38,71%, e do Rio de Janeiro, com 35,77%.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
RN	33	66	50,00%
RR	4	8	50,00%
CE	63	130	48,46%
RJ	451	939	48,03%
AP	9	19	47,37%
BA	190	408	46,57%
MA	43	100	43,00%
MG	178	416	42,79%
AM	24	57	42,11%
SP	436	1.153	37,81%
MT	26	70	37,14%
TO	12	33	36,36%
PA	29	81	35,80%
MS	25	70	35,71%
AL	16	46	34,78%
PE	61	176	34,66%
RO	12	35	34,29%
PB	31	93	33,33%
GO	44	134	32,84%
RS	51	170	30,00%
PR	60	218	27,52%
SC	28	110	25,45%
PI	18	74	24,32%
ES	32	135	23,70%
SE	7	30	23,33%

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
DF	52	223	23,32%
AC		3	0,00%
NI	6	38	15,79%
Total Geral	1.941	5.035	38,55%

NI: não informado

No quadro que se segue, detalha-se a classe dos demandantes. O maior percentual de demandas sobre morosidade processual originou-se dos pensionistas, com 55,74%, seguido dos cidadãos aposentados e de defensores públicos, ambos com 50%. No 1.º trimestre de 2012, as três primeiras posições estavam os membros do Ministério Público (57,14%), defensores públicos (45,45%) e pensionistas (42,42%).

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAL	%
Pensionista	34	61	55,74%
Aposentado	254	508	50,00%
Defensor público	3	6	50,00%
Advogado	465	963	48,29%
Militar	37	81	45,68%
Empregado de empresa privada	198	445	44,49%
Presidiário	7	17	41,18%
Desempregado	131	335	39,10%
Profissional liberal ou autônomo	162	430	37,67%
Jornalista	14	38	36,84%
Empresário	67	184	36,41%
Empregado público	64	182	35,16%
Membro do Ministério Público	1	3	33,33%
Servidor público	263	965	27,25%
Estudante	89	338	26,33%
Magistrado	2	16	12,50%
Delegado de polícia		3	0,00%
Perito		16	0,00%
Procurador/advogado público		1	0,00%
Não informado	150	443	33,86%
Total Geral	1.941	5.035	38,55%

Das 2.864 manifestações recebidas com dados do processo, 1.758 foram classificadas com o tema *morosidade processual*.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual, 1.193 (67,86%), seguindo-se a Federal, com 306 (17,41%), e a Justiça do Trabalho, com 143 (8,13%). O padrão mostrou-se semelhante em comparação com janeiro a março de 2012, em que 60,79% (941) dos processos encontravam-se na Justiça Estadual, 18,15% (281) na Justiça Federal e 8,66% (134) na Justiça Trabalhista.

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	1.193	67,86%
Justiça Federal	306	17,41%
Justiça do Trabalho	143	8,13%
Superior Tribunal de Justiça	52	2,96%

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Tribunal Superior do Trabalho	19	1,08%
Justiça Eleitoral	15	0,85%
Tribunal Superior Eleitoral	2	0,11%
Conselho Nacional de Justiça	1	0,06%
Dado incorreto	27	1,54%
Total geral	1.758	100,00%

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	CNJ	DI	TOTAIS
Procedimento do Juizado Especial Cível	125	38								163
Ação civil coletiva	58	52	4							114
Ação trabalhista - rito ordinário			98		7					105
Apelação / reexame necessário	21	59								80
Procedimento sumário	67	3								70
Cumprimento de sentença	49	9								58
Inventário	51									51
Execução contra a Fazenda Pública	42	2								44
Busca e apreensão em alienação fiduciária	39									39
Ação penal - procedimento ordinário	28	6								34
Mandado de segurança coletivo	27	4		1						32
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	24	5								29
Outras medidas provisionais	21	5								26
Reintegração / manutenção de posse	26									26
Dúvida	18	6		1						25
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	22									22
Alvará judicial	19	2								21
Recurso inominado	5	15								20
Ação de alimentos	19									19
Ação civil de improbidade administrativa	16									16
Agravo de instrumento em recurso de revista			6	1	9					16
Execução da pena	16									16
Alimentos - Lei Especial n.º 5.478/68	14	1								15
Alimentos - provisionais	8	5								13
Execução fiscal	8	4								12
Ação popular	7	4								11
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	11									11

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	CNJ	DI	TOTAIS
Usucapião	11									11
Ação penal - procedimento sumário	10									10
Consignação em pagamento	7	3								10
Divórcio litigioso	10									10
Execução provisória	9			1						10
Recursos trabalhistas			8		2					10
Agravo de instrumento em agravo de petição		8								8
Desapropriação	7	1								8
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	7	1								8
Agravo				7						7
Averiguação de paternidade	7									7
Exceção de coisa julgada	6	1								7
Providência	7									7
Ação trabalhista - rito sumaríssimo			6							6
Despejo por falta de pagamento	6									6
Falência de empresários, sociedades empresariais, microempresas e empresas de pequeno porte	6									6
Impugnação ao cumprimento de sentença	5	1								6
Processo eleitoral						6				6
Tutela	6									6
Ação penal de competência do Júri	5									5
Agravo de instrumento em recurso ordinário			2	3						5
Agravo de petição		2	2	1						5
Apelação				5						5
Arrolamento comum	5									5
Avarias	5									5
Cumprimento provisório de sentença	5									5
Execução de multa	5									5
Guarda	5									5
Monitória	5									5
Protesto	4		1							5
Separação litigiosa	5									5
Ação trabalhista - rito sumário (alçada)			4							4
Agravo de execução penal	3	1								4
Arrolamento de bens	4									4
Assistência judiciária	2	2								4
Depósito	3	1								4
Dissolução e liquidação de sociedade	4									4

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	CNJ	DI	TOTAIS
Embargos à execução fiscal	2	2								4
Imissão na posse	4									4
Prestação de contas - exigidas	4									4
Recurso administrativo	1	3								4
Recurso em sentido estrito	3	1								4
Ação de investigação judicial eleitoral						3				3
Adoção	3									3
Conversão de separação judicial em divórcio	3									3
Divórcio consensual	3									3
Embargos do acusado	3									3
Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	3									3
Recurso em <i>habeas corpus</i>				3						3
Abertura, registro e cumprimento de testamento	2									2
Ação de cumprimento			2							2
Ação penal				2						2
Ação penal - procedimento sumaríssimo	1	1								2
Ação penal eleitoral						2				2
Alienação judicial de bens	2									2
Alvará judicial - Lei 6.858/80	2									2
Auto de prisão em flagrante	2									2
Cautelar fiscal	2									2
Conflito de jurisdição				2						2
Correição ordinária	2									2
Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	2									2
Despejo	2									2
Embargos				2						2
Execução hipotecária do sistema financeiro da habitação	1	1								2
Habilitação de crédito	2									2
Interdição	2									2
Interdito proibitório	2									2
Medidas de proteção à criança e adolescente	2									2
Notificação para explicações	1	1								2
Oposição	2									2
Processo administrativo disciplinar em face de servidor	1		1							2
Reabilitação		2								2
Recurso de revista				1	1					2
Recurso especial eleitoral				1			1			2

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	CNJ	DI	TOTAIS
Regulamentação de visitas	2									2
Renovatória de locação	2									2
Restituição de coisas apreendidas	2									2
Retificação de registro de imóvel	2									2
Sobrepartilha	2									2
Ação de impugnação de mandato eletivo						1				1
Adoção c/c destituição do poder familiar	1									1
Alienação de bens do acusado				1						1
Anistia				1						1
Apelação cível				1						1
Apreensão de títulos	1									1
Apreensão de embarcações	1									1
Auto de apreensão em flagrante	1									1
Avaria a cargo do segurador	1									1
Busca e apreensão				1						1
Cancelamento de naturalização		1								1
Cobrança de cédula de crédito industrial	1									1
Consignatória de aluguéis	1									1
Crimes de calúnia, injúria e difamação de competência do juiz singular	1									1
Cumprimento provisório de decisão		1								1
Declaração de ausência	1									1
Declaratória de constitucionalidade	1									1
Demarcação / divisão	1									1
Desapropriação imóvel rural por interesse social		1								1
Discriminatória	1									1
Emancipação	1									1
Embargos à adjudicação	1									1
Embargos de divergência em recurso especial				1						1
Embargos de retenção por benfeitorias		1								1
Embargos infringentes na execução fiscal	1									1
Exibição	1									1
Habilitação	1									1
Impugnação ao valor da causa				1						1
Incidente de uniformização de jurisprudência	1									1
Instrução de rescisória	1									1
Liberdade provisória com ou sem fiança	1									1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	CNJ	DI	TOTAIS
Liquidação provisória por arbitramento	1									1
Medidas assecuratórias		1								1
Medidas protetivas - Estatuto do Idoso	1									1
Nunciação de obra nova	1									1
Pedido de providências								1		1
Pedido de uniformização de interpretação de lei federal		1								1
Prestação de contas - oferecidas	1									1
Procedimento especial da Lei Anti-tóxicos	1									1
Procedimento investigatório do MP (peças de informação)	1									1
Processo administrativo disciplinar em face de magistrado	1									1
Recurso em mandado de segurança				1						1
Recurso em sentido estrito/recurso <i>ex officio</i>	1									1
Recursos eleitorais							1			1
Remoção de inventariante	1									1
Restituição de coisa ou dinheiro na falência do devedor empresário	1									1
Retificação ou suprimento ou restauração de registro civil	1									1
Revisão judicial de decisão do conselho tutelar	1									1
Separação consensual	1									1
Separação de corpos	1									1
Suspensão de execução de sentença	1									1
Dado incorreto									23	23
Não informado	184	48	8	15		3			4	262
Total geral	1.193	306	143	52	19	15	2	1	27	1.758

As reclamações concernentes a processos não julgados representaram 59,84% dos registros, e os em fase de execução, 27,19%. No mesmo período de 2012, a maior parte não havia sido julgada (860 = 55,56%), e quanto à execução, 1.022 (66,02%) não haviam atingido tal fase.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Justiça Estadual	455	738		331	862		1.193
Justiça Federal	103	203		53	253		306
Justiça do Trabalho	97	46		79	64		143
Superior Tribunal de Justiça	18	34		12	40		52
Tribunal Superior do Trabalho	3	16		2	17		19
Justiça Eleitoral	2	13		1	14		15
Tribunal Superior Eleitoral		2			2		2

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Conselho Nacional de Justiça			1			1	1
Dado incorreto			27			27	27
Total geral	678	1.052	28	478	1.252	28	1.758
	38,57%	59,84%	1,59%	27,19%	71,22%	1,59%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica.

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

2.3. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO NOME DO CNJ

A Ouvidoria continua a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. No primeiro trimestre de 2013, foram recebidas 11 manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico. O procedimento recorrente consiste em o golpista usar o nome do CNJ e solicitar vantagem indevida à possível vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado o inquérito policial 1.838/2010-4-SR/DPF/DF, no Departamento de Polícia Federal.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ e informado que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contato telefônico para cobrar valores referentes a ações em curso no Poder Judiciário.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

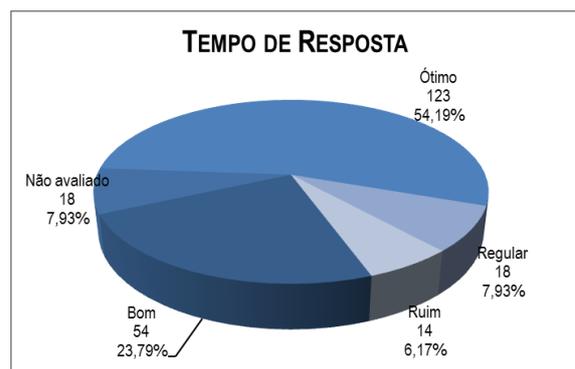
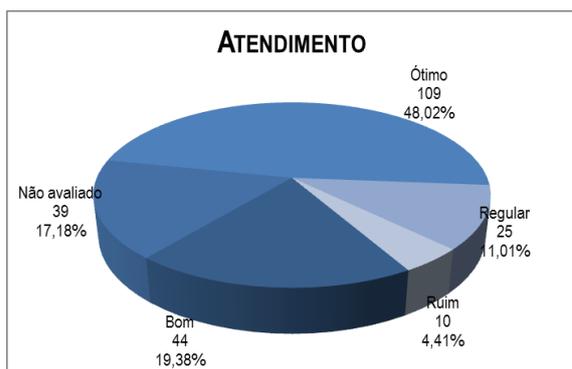
A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação, demonstrando a importância do auxílio das unidades para o adequado desfecho das solicitações iniciadas na Ouvidoria:

SETOR	CONCLUÍDO	EM ABERTO	TOTAIS
Corregedoria Nacional de Justiça	175	1	176
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário e do Sist. de Execução de Medidas Socioeducativas	151		151
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	40		40
Secretaria Processual	38		38
Seção de Protocolo e Digitalização	14		14
Gabinete do Conselheiro José Roberto Neves Amorim	12	1	13
Departamento de Pesquisas Judiciárias	11		11
Departamento de Gestão Estratégica	7		7
Secretaria de Comunicação Social	7		7
Gabinete do Conselheiro Ney José de Freitas	4	1	5
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	4		4

SETOR	CONCLUÍDO	EM ABERTO	TOTAIS
Gabinete da Presidência	1	2	3
Gabinete do Conselheiro José Lucio Munhoz	3		3
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	2		2
Seção de Legislação	2		2
Seção de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação	2		2
Seção de Registros Funcionais	2		2
Diretoria Geral	1		1
Gabinete do Conselheiro Jefferson Kravchychyn	1		1
Gabinete do Conselheiro José Guilherme Vasi Werner		1	1
Gabinete do Conselheiro Sílvio Luís Ferreira da Rocha	1		1
Gabinete do Conselheiro Gilberto Valente Martins	1		1
Gabinete do Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula	1		1
Núcleo de Suporte Logístico e Segurança	1		1
Seção de Acompanhamento das Decisões	1		1
Seção de Benefícios	1		1
Seção de Pagamento	1		1
Seção de Passagens e Diárias	1		1
Seção de Serviços Gerais	1		1
Secretaria de Cerimonial e Eventos	1		1
Secretaria de Orçamento e Finanças	1		1
Secretaria-Geral	1		1
Total geral	489	6	495

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, tem-se oferecido aos cidadãos a opção, não obrigatória, de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir:



	CLAREZA		DESFECHO	
	TOTAIS	%	TOTAIS	%
Não	73	32,16%	127	55,95%
Sim	154	67,84%	100	44,05%
Total	227	100,00%	227	100,00%

Os dados demonstram considerável satisfação dos demandantes quanto ao atendimento, tempo para envio da resposta e clareza pelos serviços prestados pela Ouvidoria, porém baixa satisfação quanto ao desfecho da manifestação, o que indica que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2.º e 4.º, III, da Resolução 103/2010, do CNJ, houve, no período, 1.640 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e a outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7.º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DESTINATÁRIO	CONCLUÍDO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	CONCLUÍDO SEM SOLUÇÃO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ)	218	65		283
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	207	42	1	250
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA)	51	105		156
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - GECOR (TJMG)	95	2		97
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF3)	47	14		61
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)	41	13		54
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT1)	44	10		54
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)	30	18		48
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1)	21	26		47
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2)	8	33		41
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)	31	8		39
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)	26	12		38
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	34	3		37
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)	25	10		35
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS)	23	10	1	34
Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB)	18	11		29
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)	14	9		23
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)	16	6		22
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)		12	10	22
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)	16	3		19
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região (TRT2)	14	5		19
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ)	8	11		19

ÓRGÃO DESTINATÁRIO	CONCLUÍDO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	CONCLUÍDO SEM SOLUÇÃO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	16	2		18
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)	8	10		18
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN)	8	9		17
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)	8	8		16
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS)	11	1		12
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL)	8	2		10
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	7	2		9
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI)	5	3		8
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região (TRT5)	5	3		8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF5)	6	2		8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)	5	2		7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região (TRT3)	6	1		7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região (TRT15)	4	2		6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região (TRT17)	5	1		6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região (TRT4)	2	4		6
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE)	5			5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJTO)	4	1		5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP)	3	2		5
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	1	3		4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região (TRT9)	3	1		4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região (TRT11)	2	1		3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região (TRT19)		3		3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região (TRT6)	2	1		3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região (TRT7)	2	1		3
Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)		2		2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16.ª Região (TRT16)		2		2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21.ª Região (TRT21)	2			2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE)	1	1		2
Central do Cidadão e Atendimento - Supremo Tribunal Federal (STF)	1			1
Corregedoria Geral de Justiça do Mato Grosso (TJMT)		1		1
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1)		1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região (TRT10)		1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região (TRT13)	1			1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Regi-		1		1

ÓRGÃO DESTINATÁRIO	CONCLUÍDO COM SOLUÇÃO	EM ACOMPANHAMENTO	CONCLUÍDO SEM SOLUÇÃO	TOTAIS
ão (TRT18)				
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região (TRT22)		1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23.ª Região (TRT23)		1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região (TRT8)	1			1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA)	1			1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP)		1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN)	1			1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4)	1			1
Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)		1		1
Total Geral	1.122	506	12	1.640

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 1.640 manifestações encaminhadas, 518 permaneciam sem resposta final por parte do órgão contatado, o que representa 31,59% do total. É sensível o aumento no número de relatos que não obtiveram retorno definitivo dos órgãos locais, em comparação com o primeiro trimestre de 2012, no qual apenas 16,37% do total de 1.240 manifestações encaminhadas encontravam-se nessa situação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do período tratado neste relatório seguem o padrão observado nos trimestres anteriores, com menção particular aos concernentes às demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527/2011).

Desde o início da vigência da Lei de Acesso à Informação, em 16 de maio de 2012, houve aumento no número de registros em comparação com o trimestre anterior. O número de demandas aumentou de 39 para 64. Tais dados demonstram a visibilidade e a importância da lei para os cidadãos.

No tocante às demandas que chegam à Ouvidoria, o tema de maior incidência continua sendo, de forma recorrente, a morosidade na tramitação processual, seguido das matérias de cunho jurisdicional e da atuação de magistrados.

Destaca-se ainda a articulação entre a Ouvidoria do Conselho e os demais órgãos e ouvidorias judiciais, em observância ao art. 4.º, III, da Resolução 103/2010, que objetiva o efetivo atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário, visando prestar atendimento célere e adequado às demandas, com o objetivo permanente o aperfeiçoamento nos serviços do Judiciário. O Conselheiro Ouvidor tem participado de reuniões com ouvidores de

outros tribunais, e a equipe da Ouvidoria tem dado assistência aos tribunais que desejam informações sobre suas rotinas. Servidores da Ouvidoria têm também participado de encontros acerca da atuação do setor.

A Ouvidoria do CNJ tem-se pautado pelo aperfeiçoamento de suas atividades com todos os envolvidos na resolução das demandas dos cidadãos e se coloca à disposição para receber críticas, sugestões, elogios ou denúncias.

Brasília, 7 de outubro de 2013.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe do Gabinete da Ouvidoria

Flávia Somorovski Torres
Assessora

Atendentes:

Anderson Moreira da Silva
Edinéia Coimbra de Oliveira
Francisca Silva e Leal Filha
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:

Eunice de Costa Oliveira
Rebeca Pereira de Oliveira
Yasmin Borba Mahmud